

**UMA REFLEXÃO SOBRE A PESQUISA NA TEMÁTICA DA
CULTURA, DOS GÊNEROS E DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS**

Prof. Dr. Benhur Pinós da Costa

Universidade Federal de Santa Maria

Departamento de Geociências

Programa de Pós-Graduação em Geografia

pinos@portoweb.com.br

Apresentação

Este texto visa, em primeiro lugar, retomar alguns aspectos da discussão sobre cultura, gênero e populações tradicionais. Posteriormente, apresentará quatro perspectivas convergentes de métodos possíveis à temática e, finalmente, produzirá um exercício de pensar conjuntamente estas categorias numa pesquisa acadêmica.

As especificidades dos conceitos de cultura, gênero e populações tradicionais

Entre os aspectos relevantes sobre a o conceito de cultura temos:

- 1) A cultura é uma forma estruturante dos comportamentos dos indivíduos que participam dela. Neste sentido, tais indivíduos seriam atores culturais, ou seja, se expressariam de acordo com os determinantes apreendidos na história de suas relações localizadas, evidenciados no complexo de linguagem e nas crenças e determinações comportamentais comuns a todos componentes do campo cultural (ver VELHO, 1989; VELHO, 2004; OLIVEN, 1987). A cultura seria uma forma/conteúdo/espírito supra-orgânico que imprime a personalidade, os valores e as crenças de um conjunto de “eu’s”, que construiriam o “nós” e/ou a organização da comunidade. Em primeiro momento, ocorre a idéia da condição supra-orgânica (DUNCAN, 2003) referente à cultura localizada ou comunitária ou um gênero de vida puro (SORRE, 2002). Numa outra escala, a cultura remete também a universalização da sociedade moderna capitalista e modo de vida urbano (WIRTH, 1992; OLIVEN, 1987; CLARK, 1985), ou seja, os aspectos contratuais, práticos, objetivos e utilitaristas das relações humanas reificadas (LUCKACS apud GOLDMANN, 1979), regidos pela moral e baseados no desenvolvimento dos valores burgueses (ética protestante em WEBER, 2003) e da constituição do sistema jurídico moderno;
- 2) Vinculado a relação da cultura com a sociedade moderna (aqui cultura se confunde com sociedade), como entidade supra-orgânica e uma estrutura moral das interações individuais, que define os indivíduos como atores cumpridores de papéis sociais (GOFFMAN, 1986), também temos a idéia de sub-culturas urbanas (OLIVEN, 1987; CLARK, 1985), como os padrões de classes

sociais, de faixas etárias, de profissões e de grupos vinculados a atividades de lazer. Tais subculturas seriam recortes de interações que compõem a estrutura maior da cultura universalizante moderna, baseadas na funcionalidade e nas especificidades das relações no trabalho, no consumo, na burocracia e na moralidade moderna unificada;

- 3) Por outro lado, ocorre a noção de cultura vinculada à localização de interações autênticas e singulares entre a pretensa universalização cultural da sociedade moderna. A isso se deve as perspectivas pós-modernas que negam o mecanicismo e a unificação da cultura e da vida nas grandes cidades. A cultura é a localização e a expressão singular das interações humanas no cotidiano criativo (DE CERTEAU, 1994). A criatividade humana produtora da diversidade retorna estabelecendo-se contra a unificação alienante das práticas sociais. No cotidiano se exerce a criatividade e não a repetição mecânica. Permeia esta discussão perspectivas opostas nos estudos do cotidiano (TEDESCO, 2003): uma que converge à idéia de alienação e repetição (LEFEBVRE, 1958; HELLER, 1991) e/ou ao cumprimento de papéis sociais (perspectiva interacionista de GOFFMAN, 1986) e outra que remete a criatividade interativa que estabelece microinterações diversas camufladas por entre a pretensa alienação e funcionalidade (DE CERTEAU, 1994);
- 4) na discussão cultural do século XIX e XX, no transito conceitual do naturalismo e do positivismo, que na Geografia estabelece as posturas teórico-metodológicas do determinismo ambiental e do possibilismo, fazendo da geografia uma ciência dos estudos das relações do homem com a natureza e da cultura como determinada ou determinante nesta relação, se estabelece a cultura como uma entidade singular, pura e localizada (região e paisagem cultural singular). Entre os discípulos de Vidal de La Blache, Max Sorre (2002) aprofunda a noção de gênero de vida das comunidades tradicionais isoladas, que mantêm a pureza da língua, dos valores, das crenças e de suas produções materiais, e os gêneros de vida mistos, baseados na constituição da sociedade moderna, que dinamiza as conexões entre os lugares (transporte, comunicações, publicidade e migrações). A modernidade tornou complexas e fluidas as formações culturais locais, ou seja, desconstituiu culturas locais, ao mesmo tempo em que universaliza determinados valores e prática modernas: reinventa algumas tradições e estabelece faces culturais misturadas entre aspectos locais que se globalizaram e outros que se localizam. Os gêneros de vida mistos remetem a expansão cultural de uma localidade sobre a outras, possível em virtude da globalização cultural atual, ou seja, o intenso contato cultural. As culturas locais não são então puras, mas resultado da globalização das informações, do mercado cultural, das migrações e do turismo. No entanto, vastas são as localizações (SANTOS, 2002), em virtude que o que pensamos que seja global na verdade tem sua origem de alguma localização que se globalizou. A determinação sobre outra localidade nunca é plena, por um lado está aberta à mistura e ao aproveitamento de certos aspectos, por outro ocorrem resistências locais que podem implicar até mesmo numa postura de fechamento territorial. Em relação aos gêneros de vida mistos, os grupos urbanos na atualidade misturam aspectos culturais trazidos da mídia eletrônica, publicidade e cultura de consumo em geral, produzindo um constante retrabalhamento efêmero de suas expressões estéticas, suas práticas interativas e dos valores que transitam por/entre suas interações. São grupos de jovens que procuram diversão a partir da interação coletiva efêmera, pelo experimento estético e pela novidade das coisas a fazer. Chamam-se também de tribos urbanas (MAFFESOLI, 2002), cuja lógica de suas existências é a localização de suas práticas, que misturam e reinventam estéticas, atividades práticas e interesses de assuntos a discutir, agregando-se à múltiplos dos aspectos culturais que transitam pelo mercado e pela mídia na atualidade. Produzem, assim, terceiras culturas (FEATHERSTONE, 1995) ou culturas híbridas (CANCLINI, 1998), ou seja, expressões culturais outras que carregam em si aspectos culturais de múltiplos enfoques que se acumulam e se adensam sem critério lógico e sem aprofundamento significativo nos mesmos corpos.

Entre os aspectos relevantes para a discussão sobre os gêneros temos:

- 1) Judith Bultler desenvolveu os estudos de gênero na Universidade da Califórnia, desde a década de 80. Seus estudos apontam (ver BUTLER, 2003) em primeiro momento para a diferença básica entre sexo, que se refere à conformidade biológica, e gênero, que apresenta o traço cultural estruturante da sociedade moderna. O gênero, então, se refere ao atributo da personalidade que é forçado, em virtude das regras morais da ética social burguesa moderna, a coincidir com determinado sexo: o masculino e o feminino. Essa determinação pertence à condição de uma cultura supra-orgânica estruturante da sociedade, que preserva posições sociais e definições de papéis, conforme o sexo. A construção dos determinantes de significação e de papéis e comportamento dos gêneros apresentam-se numa perspectiva histórica e fazem parte da própria construção da moral social.
- 2) Neste sentido, os estudos de Butler apontam para a denúncia de um modelo binário sobre os gêneros, que promove um sufocamento moral de todas as outras alternativas espontâneas de comportamento quanto a sexualidade. Ao entender que gênero é uma construção histórica, arraigada na cultura moderna e impregnada nos processos de aprendizado formais e informais em sociedade, a definição da diferença conceitual entre sexo e gênero desnaturaliza o feminino e o masculino. Isso então torna uma das bandeiras do movimento feminino e da denuncia da história que privilegia o masculino no contexto de família burguesa patriarcal;
- 3) Para Butler, gênero seria um fenômeno inconstante e contextual e um atributo da pessoa. Ao mesmo tempo em que moralmente se define o que seja a postura de um gênero e outro, na realidade não existe uma condição de gênero unificada. O gênero se expressaria na pessoa independente do sexo, às vezes como um híbrido, dependendo das interpretações dadas a ele no processo de auto-identificação, na construção dos atributos estéticos e em relação aos seus desejos e espontaneidades.

Em relação à discussão sobre populações tradicionais temos as seguintes questões:

- 1) A discussão sobre populações tradicionais emerge principalmente em virtude do interesse ao debate sobre a questão e a definição de unidades de preservação e/ou conservação. Conforme Diegues (1996), estas populações apresentam uma simbiose com o ambiente e retiram dele o suficiente para viver, mantendo um conhecimento sobre sua dinâmica que se revela no conhecimento dos antepassados, no conjunto de crenças e nos costumes cotidianos. As populações tradicionais apresentam-se assim valorizadas em virtude da harmonia em que se relacionam com o ambiente e apresentam-se como exemplos de bem viver em tempos de debate sobre a degradação ambiental e das conseqüências maléficas disso para a humanidade. Neste sentido, o debate sobre preservação e conservação adentra a manutenção das culturas tradicionais e do aprendizado a partir dos conhecimentos delas, que possam apontar para a perspectiva de uma outra economia condicionada a preservação da paisagem e do ambiente natural. As unidades de conservação valorizam a manutenção da localização da população que se vincule a tais aspectos;
- 2) Dessa forma, Diegues (1996) argumenta sobre algumas características das populações tradicionais:
 - a. Apresentam simbiose com a natureza;
 - b. Preservam os costumes de antepassados distantes. São populações, de certa forma, isoladas dos territórios de modernização (urbanização, industrialização, complexo agroindustrial). Justamente por não serem atingidos pelos processos desterritorializantes desses projetos, acabaram mantendo muitos dos costumes de antepassados distantes, revelando uma cultura que se adaptou e que soube extrair o melhor do meio ambiente, aproveitando da manutenção dele para viver sadiamente. Tais regiões não foram atingidas, pois os próprios projetos de

modernização se fazem de forma seletiva e não agregam todo ecúmeno. Nesse sentido, que Touraine (1994) nos fala de modernização e não modernidade, pois ela se produziu de forma incompleta e seletiva e, nos lugares em que se instalou, não ocorreu a harmonização de todas suas perspectivas empreendedoras, sendo instaurada em parte e selecionando processos dinâmicos, que não se estabeleceram de forma pacífica, mas geraram forças contraditórias e resultados imprevisíveis;

- c. A economia representa as atividades de subsistência, de reduzida acumulação, caça, pesca e extrativismo. Talvez economias que remetem a um período pré-moderno e pré-capitalista. Isso remete justamente a regiões deixadas como reserva de valores (mão-de-obra e riquezas biológicas ou minerais) para a posteridade da acumulação, em virtude do capital se instaurar e modernizar regiões mais interessantes aos seus propósitos históricos. É justamente o avanço do capital e da modernização que se ocupa o debate sobre as populações tradicionais, adentrando a valorização cultural do tradicional como vinculada a conservação ambiental;
- d. Suas características pré-capitalistas se revelam na ausência de propriedade privada e no uso comum do território, regido pelo costume e normas compartilhadas internamente pela comunidade;
- e. A paisagem constitui-se pela construção de objetos geográficos que se harmonizam com a natureza local, lembrando muito da noção de gênero de vida puros (SORRE, 2002). Não há uma densidade técnica que reduza o espaço da natureza, mas o mosaico harmonioso de obras humanas em condições de junção com seres/materialidades naturais.

Como estudar? Métodos necessários a investigação científica.

Em relação à questão metodológica para as pesquisas interessadas neste tema, pensamos em quatro perspectivas convergentes:

1) A percepção:

A percepção converge à atenção ao método fenomenológico e a necessidade de voltar as “coisas mesmas” (MERLEAU-PONTY, 1996). Isso implica abster-se do conhecimento pré-concebido, ou seja, adquirir uma postura de abertura ao novo e aquilo que é conhecimento do cotidiano dos sujeitos que estamos trabalhando, como de igual ou maior valor ao científico. Nesse sentido, isso nos coloca na condição de ignorantes dos fatos do mundo dos outros e nos incentiva a curiosidade sobre suas concepções das coisas e dos fatos da vida. A percepção dos sujeitos é sua expressão em si, tomada como verdade numa condição de ciência menos autoritária e menos vertical, sistematizada pelo cientista social de forma mais realista possível e menos contaminada pelo conhecimento objetivo científico. A verdade é a verdade dos diferentes sujeitos e não a verdade científica. Então, a pergunta da fenomenologia é: o que é verdade? Talvez ela seja um campo contraditório de múltiplos discursos e percepções sobre o mundo e não algo que deve se impor como verdade. Assim, assumindo tal postura, possibilitaremos fazer emergir múltiplas concepções dos diferentes sujeitos quanto aos fatos estudados, tornando-os multispectrais. Isso permite estabelecer a criticidade sobre as teorias científicas já estabelecidas;

2) Representação:

As representações sociais (MOSCOVICI, 2003) ocupam-se em desvendar as identificações e realizações dos objetos e dos fatos enquanto apropriados pelas teias de significação da sociedade. As definições sobre as coisas do mundo, tornadas realidades e verdades, apresentam genealogias e construções históricas, nas quais convergem ideologias e poderes que necessitam estabelecer tal

significação. Por um lado, padrões de identidade, de conduta, de comportamentos e de entendimentos apontam para a socialização das significações e definem um importante elo de estruturação totalizante da sociedade (moderna). A sociedade busca sua unificação como totalidade e para isso constrói um espírito significativo e ideológico cujos seus procedimentos de agregação aos diversos sujeitos se estabelecem pelas atividades de trabalho, o corpo burocrático e o controle da informação e da educação (em que a ciência é um representante exponencial). Por outro lado, as representações dos sujeitos, estabelecidas pelo convívio e aprendizado em sociedade, além de convergirem para a estrutura dos padrões morais, procedimentais/funcionais e da razão unificada, se estabelecem no conflito íntimo dos diferentes “eu’s” e na composição do “nós” ou das coletividades diretas cotidianas. Entre as estratégias que configuram os lugares como partes de uma totalidade e condicionam a vida nessa estrutura, outras táticas produzem o lugar criativo e o viver autêntico (DE CERTEAU, 1994), que modificam as representações sobre as coisas do mundo. O que se estabelece é a dialética sobre as representações cunhadas pelo corpo social e suas forças estruturantes e o conflito significativo dos sujeitos e microcoletividades divergente a elas. O resultado é a condição híbrida do padrão e da significação criativa, muitas vezes divergente a ele, constituindo outras representações que faz convergir intersubjetividades (BITTIMER, 1985). É nessa dialética de escalas de representações que o pesquisador deve transitar: o que é condição estruturante da sociedade, da moral ou da mídia unificada? O que são as representações criativas intersubjetivas que unificam percepções dos sujeitos numa vivência comunitária dialética a totalidade da sociedade?

3) Conflito de classes

A atenção as desigualdades, inclusões e exclusões no seio da sociedade devem ser levadas em conta. As políticas sociais convergem para a ideologia composta nas lutas de classes. As identidades estão também condicionadas à convergência histórica entre necessidades econômicas de reprodução social e perpetuação das legitimações político/ideológicos. A própria materialidade constituída leva a unificação da sociedade e seus preceitos morais, burocráticos, funcionalistas e ideológicos que fundamentam o humano como particularizações alienadas sufocadas pela estrutura (HELLER, 1991; LEFEBVRE, 1958). Isso posiciona diferencialmente as pessoas e definem seus status perante as instituições sociais. Isso compõe as causas dos problemas de construção da subjetividade dos seres e suas formas de interação social. Isso também se apresenta como um dos fundamentadores dos conflitos sociais na determinação dos direitos e na participação no espaço público.

4) Contradições entre o “eu” e a sociedade

Nessa base teórica, a sociedade se apresenta como civilidade e se torna necessária ao controle das pulsões humanas e/ou da pulsão de morte (FREUD, 1974; MARCUSE, 1975). As normativas sociais representam o superego e definem o acordo entre a clã de irmãos, para harmonia das relações, depois do assassinato do pai primordial, na constituição do complexo de Édipo. Seguindo esta idéia, o controle das pulsões representaria a ordem política (organização jurídica, estabelecimento das sanções pela polícia e ordenamento institucional – ideológico, identificador e material), ou seja, a determinação dos limites as paixões humanas (ARENDETT, 1998), sendo que tais paixões poderiam ser extremas e levarem a difícil convivência e/ou a violência (a paixão leva a destruição do objeto desejado). Advém daí a idéia de amor trazida do romantismo e a sublimação da pulsão de morte (que consome o objeto/ser desejado) transformada em Eros (sexualidade). O amor fraterno, base da sociedade moderna, e o determinante da instituição casamento, por exemplo, e tem suas origens nessa relação, que é transversal aos fundamentos da constituição hereditária da família burguesa moderna. A ordem política instaurada preza a difusão da ideologia e a produção/manutenção legítima. O Estado, entre outras instituições na modernidade tardia (as mídias e os fundamentos educacionais), instaura esta ordem política pela homogeneização dos projetos de bem-estar, de desenvolvimento e dos atributos éticos/morais de condutas sociais (superego universalizante). Pelo “superego sociedade” (modernidade e/ou modernização) os outros não exatamente sociedade são significados como desviantes que devem

convergir ao projeto civilizador. Múltiplas exclusões de dentro/fora da sociedade moderna são estabelecidas, fazendo em que, perante as instituições sociais, sujeitos não sejam considerados exatamente vinculados a sociedade, mas passíveis de educação e civilização quanto a transformações de seus atributos selvagens. Ante a tradicional divisão entre homem e natureza temos o distanciamento entre sociedade (civilização) e múltiplas sociedades-naturezas (algo aquém da sociedade e da civilização) (LATOURET, 1994). A perspectiva dos sujeitos abre-se entre aqueles não totalmente civilizados no seio da sociedade moderna, que, sob os olhos disciplinadores (FOUCAULT, 1993), dão vazão aos desejos, não controlam seus “instintos” e não se adequam as representações/identificações morais/médicas. Em relações a estes, múltiplas sanções são aplicadas, gerando ora transtornos individuais, ora a chamada rebeldia ou histeria, ora a depressão. Deste dilema outros processos transformadores podem emergir da inadequação de outras significações, que querem se transformar em significações possíveis na política da sociedade, na tomada do (espaço) público. Daí a emergência dos movimentos (culturais) sociais.

A respeito destas quatro perspectivas, vem convergir também algumas metodologias desenvolvidas na pesquisas em ciências humanas:

- 1) a etnometodologia (COULON, 1995) se refere ao encontro com o grupo cultural estudado, na convivência próxima entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, e na contaminação de/entre ambos, na perspectivas do entendimento destes sobre as coisas e sobre os fatos. Isso implica aprofundamento quanto ao vivido dos sujeitos e comunidades estudadas, cuja fonte de conhecimento é o caderno de campo, onde as anotações apontam para a pureza dos detalhes das coisas como elas são praticadas. A etnogeografia (BONNEMAISON, 2002) sugere que, anterior ao grupo cultural, encontramos o território, que é revelador das tramas relacionais do grupo cultural. Pela vivência territorial entendemos suas práticas e representações. Pelo encontro com os sujeitos construtores do território, entendemos suas percepções. Entre percepções dos sujeitos e representações coletivas, descobrimos os fundamentos de suas existências.
- 2) a pesquisa participante (BRANDÃO, 1981; BRANDÃO, 1984) implica a participação efetiva no cotidiano do grupo estudado, no sentido de participar das atividades, dos encontros e das discussões entre os sujeitos que participam dele. O acompanhamento de sujeitos representantes desses grupos se apresenta como principal prática de pesquisa, no sentido de traçar seus caminhos diários, seus afazeres, os momentos de conflito e os de paz, a expressão de suas falas e de seus corpos. Lembramos que a pesquisa participante remete ao grupo cultural e não a uma pesquisa quanto à singularidade dos sujeitos. Seu objetivo é a concretização interacional da intersubjetividade. Embora tenhamos que acompanhar um limitado número de sujeitos em suas atividades rotineiras, nosso interesse de sistematização são as relações/interações que eles traçam, juntamente com a significação deles sobre elas e sobre os outros que interagem, num campo simbólico/relacional (BORDIEU, 1989);
- 3) a pesquisa-ação (THIOLLEN, 2002) aponta para um projeto de mobilização popular, ou seja, pelo interesse de transformação da realidade estabelecida num cotidiano tido como alienante e determinado pelo conflitos de existência e de exclusão/inclusão social. O pesquisador apresenta-se como agente transformador que assume um papel de mediador da mobilização de sujeitos de uma comunidade. O projeto de pesquisa representa a constituição de metas de ação/mobilização, construídas pelos próprios sujeitos. A mediação se estabelece na construção do projeto que expressa os anseios deles, referentes aos assuntos de sua comunidade e de fora dela. Na medida em que se projeta, também se age. A partir da ação se avalia o projeto modificando-o enquanto novas perspectivas, condições e problemáticas que surgem. A isto implica rigor no comprometimento participativo de todos, no cumprimento das metas, na avaliação delas e na retomada de procedimentos e/ou novas metas.

Em relação às discussões teórico-metodológicas que estabelecemos, vamos debater suas relações as pesquisas que objetivam articular as categorias de cultura, gênero e populações tradicionais.

Em primeiro momento a postura fenomenológica implica o retorno as coisas mesmas. Ao se estudar gênero, devemos levar em conta que a própria condição de gênero feminino e de gênero masculino faz parte da construção significativa dos sexos pela sociedade. Torna-se necessário, assim, a denúncia das representações sociais autoritárias determinantes destas condições e, além disso, um desvendar sobre tramas e as transversalidades inerentes a tais determinantes. Mas a própria concepção de gênero consiste num arcabouço teórico crítico: gênero apresenta-se como conceito convergente a determinação de papéis masculinos e femininos, na construção histórica da sociedade moderna, porém, gênero, efetivamente, é uma forma/conteúdo contextual, apresentado em expressões múltiplas e cambiantes, como representação dos conflitos íntimos a respeito das construções sociais sobre o sexo. Neste sentido, o estudo dos gêneros implica estas duas posturas metodológicas: por um lado, o desvendar histórico dessas significações (as representações sociais), por outro, as significações múltiplas de sujeitos homens e mulheres sobre o sexo e a sexualidade. As próprias representações sociais apresentam escalas de significação: a primeira é a já trabalha significação estruturante da sexualidade na modernidade, a segunda seria as significações dadas pelos múltiplos sujeitos e a terceira seria o contexto comunitário a que fazem parte, totalmente ou parcialmente vinculado aos preceitos morais universalizantes. As definições sobre os papéis de gênero se apresentam diferentes na intersubjetividade estabelecida em comunidades urbanas pobres, ricas ou de classes médias, assim como em áreas rurais, em comunidades de populações tradicionais e em condições diferenciadas de agregação de modernização, o que vincula homens e mulheres em diferenciadas relações de trabalho, de expressões estéticas, de papéis e comportamentos a desempenhar.

A respeito das populações tradicionais, a postura de voltar às coisas mesmas, a redução fenomenológica, se aproxima da descrição etnográfica e da experiência do estranhamento, motivadora a continuidade prolongada das relações e da interação do pesquisador quanto às expressões, concepções, valores e crenças dos sujeitos estudados. Talvez a grande mudança seja tomar o exótico e/ou conhecimento tradicional como conhecimento de igual valor frente à racionalidade científica. A ciência pós-moderna agrega outras racionalidades (LEFF, 2003), criticando as concepções e as verdades inquestionáveis para fazer emergir a realidade como um mutiespectro de compreensões. Neste sentido, estudar populações tradicionais implica uma atenção ao método fenomenológico.

Por outro lado, a definição de populações tradicionais aproxima-se da noção de gênero de vida, na busca científica da autenticidade da forma/conteúdo cultural. O retorno ao tradicional é uma via alternativa frente a uma condição moderna degradada social e ambientalmente falando. O tradicional não mais é o atrasado e o pouco capitalizado, é a forma/conteúdo cultural ou o gênero de vida expresso pela riqueza de sua economia comunitária, de pouca desigualdade e de respeito/integração ao ambiente. Por outro lado, tais populações são tradicionais pois são significadas/representadas pela sociedade e pelas ciências humanas e estão relacionadas com os domínios ideológicos por detrás dessas representações, muitas delas relacionadas com os propósito de reprodução do capital.

As pesquisas, aqui, mantêm uma necessidade de extensão e de pesquisa-ação. A extensão coloca a ciência como mediadora do conflito entre tradicional e moderno, que reduz a “atrasado” o tradicional e descaracteriza os sujeitos componentes destas realidades. Por um lado, valoriza o tradicional como alternativo ao moderno desintegrador e excludente. Reavalia, assim, o moderno pelas problemáticas que traz: a desigualdade, a pobreza e a degradação ambiental. A pesquisa-ação é um projeto de extensão, mas não extensão do conhecimento universitário ao tradicional; extensão da mediação da possibilidade acadêmica de articular os sujeitos tradicionais na busca do retorno ao próprio tradicional, tão descaracterizado pela eminente articulação com o moderno e com o mundo capitalista excludente e desorientador. Defendemos que a pesquisa-ação projeta a ação comunitária ao retorno das coisas mesma tradicionais, que possam já terem sido esquecidas pela eminente valorização desses sujeitos

(principalmente os jovens) aos horizontes modernos e capitalistas que lhes estão próximos. Esta proximidade se revela pela disseminação de redes de modernização técnica com vistas ao desenvolvimento de áreas deprimidas, promovidas pelo Estado em virtude dos interesses de expansão da acumulação privada do capital.

Áreas deprimidas, muitas vezes, se confundem com regiões de populações tradicionais. Ao invés de desenvolvê-las, as novas obras constituintes dessas redes promovem a expansão da economia capitalista (o agronegócio, por exemplo) que vem acompanhada de outros sujeitos concorrentes. Neste sentido, os conflitos são eminentes entre formas/conteúdos econômicos capitalistas excludentes, baseados na propriedade privada e na desigualdade social extremada, e as formas comunitárias condicionadas à produção local e ao aproveitamento daquilo que a natureza produz. A isso está acompanhado a descaracterização cultural e a desterritorialização das condições tradicionais, o que produz os trabalhadores pobres como produtos da nova condição. Além disso, acompanhada a expansão do meio técnico esta a incorporação de uma economia alienígena às condições ecológicas locais, depredatória e corruptora das reais potencialidades econômicas do território, que poderia estar baseada justamente no conhecimento tradicional e na preservação do ambiente natural. Uma reavaliação desse processo é emergencial no Brasil atual, principalmente no centro-oeste e na Amazônia, e advém disso pesquisas que prezem a extensão universitária e a pesquisa-ação para retorno das coisas mesmas tradicionais. A representação da existência, da vida e do conhecimento tradicional como racionalidade possível e de mesmo patamar ao conhecimento científico, pode projetar este conhecimento como alternativa de uma nova existência social e uma nova economia baseada na igualdade e na conservação das riquezas (ecológicas, culturais, econômicas) ambientais.

Sahr (2008) nos propõe três dimensões operacionais para tratar este tema. A primeira dimensão seria o trabalhar, que remete à atenção a expansão da modernização como unificadora dos fazeres dos indivíduos, dos seus modos de compreensão e da produção dos lugares deles. A segunda dimensão seria o agir, ou seja, a força criativa que burla as determinações de uma unificação moderna baseada no trabalho e no fetichismo da mercadoria. O agir apresenta-se como objetivação de espontaneidade dos sujeitos baseada no desejo, no lazer e em outras expressões emersas da interpretação subjetiva sobre o mundo, que se apresentam como híbridos daquilo que se estabelece como racional e moral na sociedade moderna (a dimensão do trabalho) e aquilo que é irracional e que está contido no íntimo de cada ser. A outra dimensão é o criar, que se apresenta pela expressão artística e, atualmente, midiática. Pela arte e pela mídia contemporâneas outras racionalidades emergem como formadores de compreensões sobre o mundo. São imaginações que se tornam objetivadas como realidade por uma multiplicidade de sujeitos e suas formas de agregação social e produção estética e material. Estas criatividades permeiam o agir juntamente com a dimensão trabalho e isso torna mutante e variável a expressão dos sujeitos e suas formas comunitárias e territoriais.

O trabalhar, o agir e o criar faz parte dos múltiplos sujeitos com respeito a suas interpretações e expressões de gênero, tornando-as mutantes e múltiplas, sendo necessárias pesquisas que dêem conta desta diversidade, cuja proposta metodológica de investigação é contextual na escala do sujeito e de seus grupos diretos. Nas populações tradicionais, o trabalhar se estabelece perante a forma de tabus e dos conhecimentos comunitários hereditários que condicionam a intersubjetividade, mas, ao mesmo tempo, se apresentam como novas condições baseadas na introdução de práticas consumistas e de atividades de trabalho baseadas na modernização do local e/ou na introdução dos valores de troca capitalistas. A dimensões agir e criar apresenta as populações tradicionais como outras racionalidades perante a racionalidade da ciência e economia da sociedade moderna, como condições interessantes como alternativas de perturbar a sua ordem segregadora, desigualizante e degradante. O agir e o criar tradicional é valorizado como novos aprendizados para construção de um mundo talvez mais justo e de melhor qualidade ambiental. Em primeiro momento, isso não se apresenta como elemento de mudança de territórios já modernizados, mas, em segundo momento, isso se apresenta como possibilidade de questionamento as condições modernas e de manutenção de territórios ainda não atingidos totalmente

pelas formas/conteúdos capitalistas e modernas. Em terceiro momento, certos valores e práticas tradicionais atingem o criar e o agir cotidiano das grandes metrópoles, totalmente modernizadas, alterando os sentidos e compreensões dos sujeitos e suas formas de agir ante ao mundo do trabalho e do consumo.

Os Gêneros

Em relação ao que argumentamos até o momento, os estudos de gênero apontam para a necessidade de capturar as tramas históricas da sua significação, na ciência, na literatura, nas artes e nos fundamentos da sociedade moderna e das condições de valorização e/ou desvalorização social do capital. Os sujeitos homens e mulheres são produtos destas construções, no entanto, são sujeitos que constroem para si, e expressam aos outros, reinterpretações criativas vinculadas as suas múltiplas experiências cotidianas: as dores, as alegrias, as tristezas e as situações diversas. A partir de suas identificações também produzem comunidades diretas, grupos de amigos e relações íntimas que fazem emergir outras condições e outras escalas de interpretação/expressão de gênero.

Atravessados pela mídia contemporânea se vinculam a mundos imaginários e instáveis que produzem híbridos culturais que reinventam gêneros e criam realidades diversas. São híbridos, pois em suas identificações e expressões contêm tantos os determinantes, posições e cumprimento de papéis definidos como os de gênero, como os diferentes níveis de conflitos, de distanciamento ou aproximação disso. Assim, além dos determinantes conceituais e das identidades verticalizadas aos sujeitos temos resultados práticos/expressivos/reais diversos e instáveis, capazes de somente serem entendidos pela vivência cotidiana por entre tais expressões.

As populações tradicionais

Em primeiro momento as populações são tradicionais, pois são significadas como não-modernas pela sociedade. Não são exatamente sociedades, pois não apresentam traços materiais/morais/comportamentais da sociedade urbano-industrial. A idéia da não sociedade aponta também pela marginalização dessas populações ao processo produtivo. Esta idéia culmina na ação ideológica sobre os jovens e o determinante de sua baixa auto-estima cultural/regional, o que acarreta esvaziamento destas populações em virtude de imigração dos jovens para as cidades e regiões mais modernizadas. O urbano atrai e desvaloriza o tradicional. Isso ocorre fortemente na Amazônia atual. Por outro lado, o discurso de marginalização também implica a ação do Estado à modernização pelo alongamento da infraestrutura de transportes.. Porém, este processo se faz pela dinâmica predatória e classista do capitalismo, estabelecendo resultados mais danosos (descaracterização cultural, degradação ambiental) do que benéfico. É benéfico para os poderes já estabelecidos, geralmente externos a região e/ou lugar.

Por outro lado, pelo discurso da inclusão e do desenvolvimento, o capitalismo flexível aproveita determinadas regiões tidas como a margem, e cujas características produtivas e culturais se mantêm como tradicionais, para reinventá-la como faces de economia das diferenças e do exótico ou da busca da sustentabilidade ambiental. A cultura local e os produtos típicos apresentam-se como novos negócios das redes de globalização, pelo turismo e pela produção alternativa (ecológica, local, colonial, tradicional). Tais projetos de desenvolvimento se vinculam ao local, ao regional e ao tradicional, mas

devem ser tomados de forma crítica e muitas perguntas devem ser feitas, como, por exemplo, as seguintes:

- 1) até que ponto o mercado e os comportamentos urbanos não são difundidos as populações tradicionais, fazendo perder a riqueza de detalhes da própria cultura local e as reais potencialidades de vida de qualidade e de inserção/imbricação/conservação natural?
- 2) Como estes projetos alteram o sentido de tradicional? Como o produto de suas realizações não se define como reestilização e uma fachada apropriada pelo capital e pela modernidade?
- 3) Até que ponto o projetos de desenvolvimento são realmente localizados e não globalizados? Até que ponto não se definem como globalismos localizados, ao invés de localismos globalizados (SANTOS, 2002), ou seja, até que ponto a reafirmação da localização não se dá pela instauração de poder de gerência e de controle de riquezas dos de fora do lugar ou, ao contrário, realmente definido pelas populações locais a gerência e a apropriação dos frutos do trabalho?
- 4) Todo projeto de modernização, por mais caracterizado pela proteção as características culturais e ambientais locais, coloca os sujeitos sociais numa dinâmica de troca de mercadorias e de valores capitalistas, gerando, até mesmo dentro da comunidade, múltiplas apropriações desiguais, que instaura poderes diferenciados, desestruturando a organização cultural anterior.
- 5) Os discursos de sustentabilidade são discursos vinculados essencialmente a manutenção dos processos capitalistas frente à natureza (cultural, biológica, física), já tão degrada por estes mesmos processos. A manutenção de práticas conservacionistas deve fundamentalmente se vincular a uma crítica as práticas capitalistas na sua complexidade e na complexidade da cultura, do território e do ambiente em que se vincula como projeto de desenvolvimento.
- 6) Qualquer interferência de pesquisa, extensão ou planejamento/gestão deve ser realmente democrática na promoção da assunção participativa de todos os sujeitos envolvidos e na crítica constante sobre referenciais metodológicos e ideológicos. A postura é de voltar às coisas mesmas, das concepções de todos os sujeitos e na crítica dos postulados dos gestores e pesquisadores inseridos no projeto de desenvolvimento.

Considerações finais como perguntas sobre as pesquisas que levam em conta a relação entre populações tradicionais e gênero

Nosso desafio é aprofundar agora as relações entre populações tradicionais e gêneros como talvez sugestões de atenção as pesquisas.

Pelo que argumentamos, se faz necessário atenção as relações estabelecidas entre as condições de modernização dos territórios (trabalho, mercado, regras sociais, instituições modernas, práticas cotidianas condicionadas à homogeneização estruturante e as identidades produzidas) e a cultura das populações tradicionais (alteração da organicidade de suas culturas, ou seja, o trabalho e o mercado desconfigurando relações/práticas produtivas/consumo local, novas identidades, estéticas, gostos e comportamentos individuais e coletivos).

Outra questão importante é a atenção as imposições significativas do “tradicional” (ciências humanas) e o local estudado: como o local foi significado pelos “olhos de fora” das ciências humanas? Como isso se torna discordante ou próximo do orgânico estabelecido e das alterações decorrentes da modernização?

Além disso, as representações individuais dos múltiplos sujeitos devem ser levadas em conta (a diversidade do fazer criativo), assim como a coletivização dessas representações (a intersubjetividade),

constituídas por práticas/significados instaurados como estruturantes da comunidade em relação dialética ao tradicional e a alteração moderna da comunidade (as redes de modernização que dinamizam as transformações do cotidiano).

Devemos levar em conta as condições de gênero inseridas nas instituições, identidades e práticas da sociedade moderna e as discordâncias disso com as práticas tradicionais/locais, ou seja, como a relação entre os sexos no local foge ou estão sendo alteradas pelas condições que representam alterações produzidas pela modernização e suas novas condições de trabalho, de identificação, de reconstrução das posições de classe e do fazer criativo?

O gênero, como verificamos, são representações cambiantes e balizadas por uma condição estruturante. Assim, a pergunta que deve ser feita é como é autêntico as relações de gênero numa população tradicional, ou seja, como são as representações autênticas locais das condições comunitárias estabelecidas entre os sexos? Por este mesmo sentido, também devemos perguntar sobre como as condições estruturantes dos gêneros na modernidade (já múltiplas em meio a pós-modernidade) alteram as relações entre os sexos em populações tradicionais?

No caso da Geografia, isto representa formações de territórios existenciais e materiais (territórios da modernização, territórios tradicionais, territórios produzidos, percebidos e representados pelos gêneros – relações forma/prática/simbólico). Assim, a pergunta geográfica preza o estas perspectivas de interpretação sobre estes territórios interagirem sendo produzidos de forma híbrida em diferentes expressões/condições/escalas.

Referências

ARENDRT, H. **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. V. 3.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985, pp. 165-193.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1985.

COULON, A. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DE CERTEAU, M. D. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, Vozes, 1994. V. 1.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo, Hucitec, 1996.

- DUNCAN, J. S. O supra-orgânico na Geografia Cultural Americana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- FEATHERSTONE, M. **O Desamanche da Cultura: Globalização, Pós-Modernismo e Identidade**. São Paulo: SESC/Studio Nobel, 1995.
- FREUD, S. **O mal-estar da civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- GOFFMAN, E. **A Representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GOLDMANN, L. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HELLER, A. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1991.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LEFEBVRE, H. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L'Ache Éditeur A Paris, 1958.
- LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.
- MARCUSE, H. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- OLIVEN, R. G. **A antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SAHR, W. D. G. J. Ação e EspaçosMUNDOS – a concretização de espacialidades na Geografia Cultural. In: SERPA, A. **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: UFBA, 2008.
- SANTOS, B. de S. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SORRE, M. A noção de Gênero de Vida e seu valor atual. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- TEDESCO, J. C. **Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social**. Passo Fundo: Edunisc, UPF, 2003.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2002.
- TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- VELHO, G. **Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- WIRTH, L. Urbanismo como Modo de Vida. In FORTUNA, C. (org.). **Cidade, Cultura e Globalização**. Celta Editora: 1992.